



SIMULADO ILIMITADA



AQUI, QUERER É PODER



PORTUGUÊS

A importância da solidariedade para o desenvolvimento social

Comportamento moral une indivíduos e grupos em torno de um bem comum, seja em uma comunidade local ou mundial

Atualmente, muito se fala sobre o poder da empatia. Ela é, de fato, importante para a nossa sociedade. Você sabia, por exemplo, que o FBI aplica a empatia em situações envolvendo reféns? Porém, a empatia por si só pode não ser suficiente para mudar o mundo. Isto é: você pode até sentir empatia por vítimas de guerras ou desastres, mas não mudar sua rotina por conta disso. Para ter outro cenário, é necessário um componente diferente: a solidariedade.

A solidariedade é um valor muito importante, já que tem o poder de engajar pessoas de uma comunidade em torno de um objetivo comum. E por “comunidade”, pode-se compreender desde um bairro até mesmo o planeta como um todo. Afinal, os problemas globais são sentidos da mesma maneira pelas pessoas que os enfrentam. A dor da fome, por exemplo, é igual para pessoas em qualquer lugar do mundo.

Praticar a solidariedade é ter empatia à flor da pele. Assim, a pessoa ou a comunidade se sente compelida a agir em situações de calamidade, seja ela social, política ou ambiental. Dessa maneira, é importante que a solidariedade seja estimulada desde cedo nas pessoas. Afinal, elas podem se tornar adultas mais conscientes do seu papel na sociedade.

O sociólogo francês Émile Durkheim descreveu a solidariedade em sua obra intitulada “Da Divisão do Trabalho Social”, publicada em 1883. Segundo o pensador, a solidariedade é uma relação moral que permite aos indivíduos se sentirem pertencentes a uma sociedade. Além disso, ela depende de fatores como as tradições e os costumes desse próprio grupo.

Durkheim também separou a solidariedade em três categorias: solidariedade comunitária – o sentimento social que agrega interesses comuns de um grande grupo de indivíduos que lutam juntos pelo mesmo objetivo; solidariedade orgânica –

como os indivíduos de uma mesma sociedade estão cada vez mais especializados em determinados assuntos, cria-se uma dependência social em que cada um é importante para uma finalidade; solidariedade mecânica – neste tipo, os indivíduos realizam suas atividades de maneira individual e independente de seus pares, dando continuidade às crenças e aos costumes comuns que possibilitam a vida em sociedade.

Em um mundo cada vez mais digital, tem surgido um novo termo: a solidariedade de dados. As práticas digitais têm gerado uma infinidade de dados sobre assuntos importantes, como meio ambiente, educação, desigualdade e autoritarismo. O acesso a essas informações pode ser crucial para tomada de decisões rápidas e assertivas.

Por conta disso, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) criou o Laboratório de Políticas Inclusivas. Dessa maneira, busca-se uma maior compreensão de como essas informações devem estar acessíveis. Porém, muitas vezes, elas vão de encontro a leis de proteção de dados pessoais, mostrando a necessidade de debate sobre o assunto.

Ou seja, esses mesmos formuladores de leis precisam compreender como os dados pertinentes a mudanças sociais devem ser armazenados e compartilhados. Assim, a solidariedade de dados visa facilitar o acesso a informações de valor público significativo, considerando todos os riscos possíveis dessa prática.

<https://grupomarista.org.br/blog/solidariedade/>

1. Com base no texto, assinale a alternativa que apresenta a ideia principal desenvolvida pelo autor.

- a) A empatia é suficiente para solucionar os problemas sociais em todo o mundo.
- b) A solidariedade é um valor que impulsiona ações concretas em prol do bem comum.
- c) O FBI utiliza a solidariedade para resolver situações de sequestro com reféns.
- d) A proteção de dados pessoais é um obstáculo insuperável para o desenvolvimento da solidariedade.

e) A solidariedade mecânica é mais importante do que a solidariedade orgânica nas sociedades contemporâneas.

2. De acordo com o texto, a “solidariedade de dados” está relacionada

- a) à exclusão de informações públicas para preservar a privacidade individual.
- b) à coleta indiscriminada de dados pessoais sem qualquer controle.
- c) ao uso responsável de dados digitais em benefício de causas sociais.
- d) à substituição dos laços sociais tradicionais pelas redes digitais.
- e) à prática de expor dados privados em nome da liberdade de informação.

3. No trecho “**Porém**, a empatia por si só pode não ser suficiente para mudar o mundo.” (1º parágrafo), o termo destacado expressa a ideia de

- a) conclusão.
- b) adição.
- c) adversidade.
- d) explicação.
- e) condição.

4. O termo sublinhado do texto que apresenta valor de afirmação está em

- a) Atualmente, muito se fala sobre o poder da empatia.
- b) Ela é, de fato, importante para a nossa sociedade.
- c) Você sabia, por exemplo, que o FBI aplica a empatia em situações envolvendo reféns?
- d) Porém, a empatia por si só pode não ser suficiente para mudar o mundo.
- e) Isto é: você pode até sentir empatia por vítimas de guerras ou desastres, mas não mudar sua rotina por conta disso.

5. A oração “*Em um mundo cada vez mais digital, tem surgido um novo termo: a solidariedade de dados.*” (6º parágrafo) é constituída respectivamente pelos termos:

- a) adjunto adnominal - locução verbal intransitiva - objeto direto - apostro especificativo
- b) adjunto adverbial - locução verbal transitiva direta - objeto direto - adjunto adnominal
- c) objeto indireto - locução verbal transitiva intransitiva - sujeito - predicativo
- d) adjunto adverbial - locução verbal intransitiva -sujeito - apostro explicativo
- e) complemento nominal - locução verbal de ligação - objeto direto - apostro enumerativo

6. Com base no período “*Segundo o pensador, a solidariedade é uma relação moral que permite aos indivíduos se sentirem pertencentes a uma sociedade.*” (4º parágrafo), julgue as afirmações abaixo e marque a alternativa correta:

I – A vírgula separa um adjunto adverbial.

II – A palavra “que” inicia oração subordinada substantiva.

III – A oração “se sentirem pertencentes a uma sociedade” é subordinada adverbial condicional.

- a) Todas as afirmações estão corretas.
- b) Somente a afirmação I está correta.
- c) Somente as afirmações I e III estão corretas.
- d) Somente as afirmações II e III estão corretas.
- e) Nenhuma afirmação está correta.

7. A Colocação Pronominal é um assunto gramatical que normatiza o posicionamento do pronome átono em relação ao verbo. Com base nas frases do texto elencadas a seguir, marque a alternativa em que a próclise é obrigatória.

- a) “Atualmente, muito se fala sobre o poder da empatia.”
- b) “Assim, a pessoa ou a comunidade se sente compelida a agir em situações de calamidade, seja ela social, política ou ambiental.”

c) “Afinal, elas podem se tornar adultas mais conscientes do seu papel na sociedade.”

d) “Segundo o pensador, a solidariedade é uma relação moral que permite aos indivíduos se sentirem pertencentes a uma sociedade.”

e) “Dessa maneira, busca-se uma maior compreensão de como essas informações devem estar acessíveis.”

8. Encontra-se somente oração na voz ativa na seguinte alternativa:

a) “Dessa maneira, é importante que a solidariedade seja estimulada desde cedo nas pessoas.”

b) “...como os indivíduos de uma mesma sociedade estão cada vez mais especializados em determinados assuntos, cria-se uma dependência social”

c) “Em um mundo cada vez mais digital, tem surgido um novo termo: a solidariedade de dados.”

d) “...busca-se uma maior compreensão de como essas informações devem estar acessíveis.”

e) “...como os dados pertinentes a mudanças sociais devem ser armazenados e compartilhados.”

9. Marque a alternativa correta quanto ao emprego do acento indicativo de crase.

a) A solidariedade deve ser incentivada à crianças desde cedo.

b) Muitos projetos sociais são destinados à combater a fome.

c) A ajuda humanitária precisa chegar rapidamente à países em guerra.

d) A solidariedade é fundamental à todos que sofrem em desastres naturais.

e) É importante que todos tenham acesso às informações confiáveis para agir com responsabilidade.

10. Marque a alternativa com pontuação adequada.

a) A solidariedade é fundamental na sociedade porém muitas vezes é esquecida.

b) A empatia é importante a solidariedade, entretanto é o que impulsiona ações efetivas.

c) A fome, a desigualdade e a guerra exigem respostas rápidas e solidárias.

d) O sentimento de solidariedade; deve ser estimulado desde a infância.

e) Muitas pessoas sentem empatia não agem porém para mudar realidades.

MATEMÁTICA

11. Uma empresa que fabrica camisetas personalizadas recebeu um pedido para criar camisetas exclusivas para um evento. O custo total de produção, em reais, é dado pela função $C(x) = 20x + 500$, em que x é o número de camisas vendidas. A receita total obtida com a venda das camisas é dada pela função $R(x) = 40x$, em que x também representa a quantidade de camisas vendidas.

O número mínimo de camisas que a empresa precisa vender para evitar prejuízo é

A) 25.

B) 20.

C) 50.

D) 40.

E) 100.

12. Uma engenheira foi contratada para revitalizar uma área importante, incluindo a reestruturação de uma torre com problemas estruturais. Para tomar decisões precisas no projeto, ela precisa estimar a altura da torre. Para isso, a engenheira, que tem 1,60 metros de altura, posiciona-se a uma distância de 21,0 metros da base da torre, alinhando-se com o final da sombra projetada pela torre. Nesse ponto, ela observa que sua própria sombra possui 1,40 metros de comprimento. Com base nessas informações, a altura aproximada da torre, estimada pela engenheira, é de

A) 14,0 metros.

B) 16,0 metros.

C) 18,0 metros.

D) 20,0 metros.

E) 24,0 metros.

13. Em uma fábrica de cerâmica, a produção de ladrilhos é feita de forma organizada. Cada caixa contém 14 pacotes, e cada pacote possui 8 ladrilhos. A fábrica recebeu um pedido para produzir 20 caixas de ladrilhos.

A quantidade de ladrilhos que a fábrica vai produzir, no total, para esse pedido, é

- A) 280.
- B) 112.
- C) 224.
- D) 2240.
- E) 1120.

14. Para restaurar uma rua, uma empresa de infraestrutura precisa substituir a base de um segmento específico utilizando os agregados cimento e brita, na proporção de 4:7, em volume. O projeto especifica o uso de 35 m^3 de brita. Considerando uma perda de 20% no volume de cimento devido a fatores logísticos e operacionais, a quantidade total de cimento que a empresa precisa ter em estoque para atender ao projeto é de

- A) 20 m^3 .
- B) 30 m^3 .
- C) 25 m^3 .
- D) 16 m^3 .
- E) 24 m^3 .

15. Uma escola pública realizou uma avaliação semestral com seus alunos do ensino fundamental. As notas finais de 5 estudantes da turma de 9º ano foram as seguintes:

- Aluno A: 7,5
- Aluno B: 8,0
- Aluno C: 8,5
- Aluno D: 9,0
- Aluno E: 7,0

A média das notas desses alunos é

- A) 7,5.
- B) 8,0.
- C) 8,5.
- D) 7,7.
- E) 8,2.

16. Quantos inteiros há no intervalo $1 \leq n \leq 100$, que não são divisíveis nem por 2 e nem por 3?

- A) 34.
- B) 64.
- C) 66.
- D) 68.

E) 33.

17. Utilizando os Algarismos, quantos números pares com três algarismos distintos podem ser formados?

- A) 400.
- B) 320.
- C) 328.
- D) 648.
- E) 720.

18. Um agricultor colheu uma certa quantidade de tomates. Ele decidiu vender $\frac{4}{5}$ de sua produção e doar $\frac{1}{4}$ do restante para uma instituição de caridade. O percentual da quantidade total de tomates que será doado é

- A) 5%.
- B) 8%.
- C) 10%.
- D) 20%.
- E) 25%.

19. O valor de k para que a equação quadrática $kx^2 - 2kx - (k - 4) = 0$ admita duas raízes reais iguais é:

- A) $\frac{1}{2}$.
- B) 1.
- C) $\frac{1}{4}$.
- D) 2.
- E) 4.

20. O reservatório de água da casa de Léo tem o formato de um cubo, cuja aresta é 2 m. O reservatório está cheio com $\frac{1}{4}$ da capacidade. Considerando que Léo usará 80 litros de água por dia e que o reservatório não será reabastecido, por quantos dias, no máximo, ela conseguirá usar a água?

- A) 20 dias.
- B) 25 dias.
- C) 15 dias.
- D) 10 dias.
- E) 30 dias.

INFORMÁTICA

21. Ao realizar a manutenção de um computador, um técnico identificou que o equipamento estava superaquecendo. Após abrir o gabinete, notou que

a ventoinha do processador não estava funcionando corretamente. Com base nesse cenário, é correto afirmar que:

- A) O superaquecimento não compromete o desempenho do processador, pois ele possui mecanismos internos de proteção.
- B) A ventoinha é um dispositivo de entrada de dados que apenas auxilia na ventilação do gabinete.
- C) O cooler é responsável por refrigerar o disco rígido, não interferindo no funcionamento do processador.
- D) O processador pode ter sua vida útil reduzida por causa do superaquecimento, prejudicando o desempenho geral do sistema.
- E) O superaquecimento causa apenas aumento de ruído no computador, sem consequências para os componentes.

22. No Windows 11, algumas funcionalidades foram aprimoradas para melhorar a produtividade e a organização de tarefas. Uma dessas funcionalidades permite ao usuário organizar automaticamente várias janelas na tela com apenas um comando. Trata-se do:

- A) Paint 3D
- B) Snap Layouts
- C) PowerShell
- D) BitLocker
- E) Task Manager

23. No Microsoft Excel, ao utilizar a função **PROCV**, um usuário deseja localizar o nome de um produto com base no seu código. Assumindo que os códigos estão na coluna A e os nomes na coluna B, qual das fórmulas abaixo está corretamente escrita para retornar o nome do produto com código 101?

- A) =PROCV(101;A1:B100;2;FALSO)
- B) =PROCV(A1;B1:A100;1;VERDADEIRO)
- C) =PROCV("Produto 101";A1:B100;1;FALSO)
- D) =PROCV(101;B1:A100;2;FALSO)
- E) =PROCV(101;A1:B100;3;FALSO)

24. Em um documento do Microsoft Word, a função "Controlar Alterações" (Control Changes) é usada principalmente para:

- A) Inserir imagens automaticamente em todas as páginas do documento.
- B) Realizar traduções simultâneas de palavras para o inglês.
- C) Marcar, aceitar ou rejeitar alterações feitas no texto por revisores.
- D) Corrigir ortografia com base em dicionários personalizados.
- E) Gerar automaticamente sumários e índices analíticos.

25. Sobre segurança da informação, assinale a alternativa que descreve corretamente o conceito de **engenharia social**:

- A) Técnica de encriptação usada para proteger dados sigilosos em servidores.
- B) Prática de convencimento usada por criminosos para obter informações confidenciais.
- C) Mecanismo automático de detecção de vírus em redes corporativas.
- D) Aplicativo de firewall que impede conexões externas não autorizadas.
- E) Método de backup em nuvem para preservar documentos importantes.

26. No contexto atual, a integração da Inteligência Artificial com Redes de Computadores tem permitido avanços significativos. Qual das alternativas representa corretamente essa aplicação?

- A) Utilização de IA para resfriar fisicamente os servidores.
- B) Aplicação de IA para análise preditiva de tráfego e detecção de anomalias em redes.
- C) Implementação de IA no cabeamento físico para aumento de banda.
- D) Uso de IA para criar redes locais por proximidade física.
- E) Reconfiguração automática de roteadores com base na frequência Wi-Fi.

27. Em relação ao uso do e-mail como ferramenta de comunicação, assinale a alternativa que apresenta uma prática recomendada para garantir segurança e organização no ambiente corporativo:

- A) Enviar arquivos executáveis diretamente por e-mail, pois são de carregamento rápido.
- B) Utilizar sempre o campo Cc para enviar mensagens a vários destinatários, mesmo que não se conheçam.
- C) Ignorar mensagens que contenham erros gramaticais, pois são comuns em comunicados oficiais.
- D) Verificar remetente e links antes de clicar, especialmente em mensagens inesperadas ou urgentes.
- E) Manter todas as mensagens recebidas na caixa de entrada como histórico de trabalho.

DIREITO CONSTITUCIONAL

28. Em meio à escalada de violência em uma capital brasileira, o Presidente da República cogita adotar medidas excepcionais para preservar a ordem pública e a paz social. Dois caminhos constitucionais são analisados: o estado de defesa e o estado de sítio. Considerando as diferenças entre esses institutos, conforme os artigos 136 a 139 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) O estado de defesa pode ser decretado diretamente pelo Presidente da República, mas exige prévia autorização do Congresso Nacional.
- b) O estado de sítio prescinde de autorização legislativa e pode ser decretado unilateralmente em caso de agressão armada estrangeira.
- c) A decretação do estado de sítio exige autorização do Congresso Nacional e depende de parecer prévio do Supremo Tribunal Federal.
- d) O estado de defesa tem como pressuposto a ocorrência de guerra ou agressão externa, enquanto o estado de sítio aplica-se apenas a distúrbios internos.
- e) O estado de sítio exige autorização do Congresso Nacional, após oitiva dos Conselhos da República e de Defesa Nacional, sendo cabível em caso de ineficácia do estado de defesa.

29. Durante situação de calamidade pública causada por um desastre ambiental, um prédio particular foi requisitado por autoridade municipal para abrigar temporariamente famílias desabrigadas. O proprietário não concordou com a medida e exigiu indenização imediata e em dinheiro, alegando violação ao direito de propriedade. À luz da Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) A requisição de imóvel particular somente é possível mediante decreto de desapropriação e pagamento prévio em dinheiro ao proprietário.
- b) A autoridade pública agiu de forma inconstitucional, pois o uso de propriedade particular somente é admissível se autorizado judicialmente.
- c) A requisição da propriedade é constitucional, mas a indenização deve ser paga previamente e em títulos da dívida pública.
- d) A Constituição permite o uso de propriedade particular em iminente perigo público, com indenização ulterior apenas se houver dano ao bem.
- e) A pequena propriedade rural, ainda que voltada à subsistência familiar, pode ser penhorada em situações de emergência coletiva.

30. Durante uma audiência de custódia, o preso afirmou que não sabia os nomes dos policiais que o haviam detido e interrogado na delegacia. A defesa alegou nulidade do procedimento, e o Ministério Público sustentou que, como o flagrante era válido, essa identificação seria desnecessária. Além disso, o juiz manteve a prisão mesmo diante de previsão legal de liberdade provisória com fiança. Com base nos direitos e garantias constitucionais relativos à prisão, assinale a alternativa correta.

- a) O desconhecimento da identidade dos responsáveis pela prisão é irrelevante, desde que o auto de prisão esteja formalmente válido.
- b) A manutenção da prisão mesmo quando a lei admite liberdade provisória, sem a devida fundamentação configura ilegalidade.

c) A ausência de identificação da autoridade responsável pelo interrogatório é vício sanável e não compromete a legalidade da prisão.

d) A Constituição admite prisão civil por dívida em caso de inadimplemento de tributos federais, desde que por ordem judicial.

e) A autoridade judicial pode manter o preso mesmo que a lei admita liberdade provisória, desde que exista parecer favorável do Ministério Público.

31. Em determinada campanha de educação política, um candidato a deputado afirmou que os analfabetos não poderiam votar, e que o voto era obrigatório apenas para as pessoas entre dezoito e setenta anos de idade. Ainda declarou que a população pode participar diretamente do processo legislativo por meio do referendo, mas não por plebiscito ou iniciativa popular, que seriam apenas simbólicos. Considerando o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

a) O candidato está correto quanto à exclusão dos analfabetos, pois o direito ao voto depende da plena capacidade civil.

b) O voto é obrigatório para todos os cidadãos alfabetizados entre 18 e 70 anos, sendo vedada a participação de analfabetos e adolescentes.

c) A soberania popular é exercida apenas por meio do voto direto e secreto, não se aplicando a mecanismos de consulta como o referendo.

d) O voto é facultativo para os analfabetos, adolescentes de 16 e 17 anos e maiores de 70 anos, sendo garantido o exercício da soberania popular também por plebiscito e iniciativa popular.

e) O plebiscito e a iniciativa popular são mecanismos de consulta informal, sem previsão constitucional como formas legítimas de manifestação da soberania.

32. Em meio à crise sanitária, o Município de Boranduba editou lei exigindo o uso de máscaras em locais públicos e restringindo horários de funcionamento do comércio, mesmo sem

legislação estadual ou federal específica sobre o tema naquele momento. Além disso, firmou convênio direto com o Estado para manutenção de escolas municipais e assumiu a operação direta do transporte coletivo, antes terceirizado. Considerando as competências constitucionais dos Municípios, assinale a alternativa correta:

a) O Município não pode legislar sobre saúde pública, por se tratar de competência exclusiva da União.

b) A adoção de normas locais autônomas é inconstitucional, pois os Municípios só podem atuar suplementando leis federais e estaduais.

c) A operação direta do transporte coletivo viola o princípio da livre concorrência e da iniciativa privada, sendo vedada pela Constituição.

d) O Município agiu dentro de suas competências constitucionais, ao legislar sobre interesse local, firmar cooperação federativa e prestar serviço público essencial.

e) A criação de normas sanitárias e a organização do transporte coletivo devem ser submetidas à autorização prévia da Assembleia Legislativa estadual.

33. Durante a vigência de estado de calamidade pública de âmbito nacional, o governo federal decidiu utilizar parte do superávit financeiro do exercício anterior para cobrir gastos emergenciais com saúde e para amortizar parcelas da dívida pública. Além disso, contratou empréstimos externos sem observar os limites usuais da Lei de Responsabilidade Fiscal. Um deputado federal questionou a legalidade dos atos, alegando desrespeito às normas constitucionais de controle orçamentário. Considerando o disposto no art. 167-F da Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

a) A utilização do superávit financeiro e a contratação de novas dívidas em situação de calamidade pública nacional violam os princípios da responsabilidade fiscal, mesmo com autorização constitucional.

b) O uso do superávit financeiro é permitido nessas hipóteses, exceto quando se tratar de fontes

vinculadas constitucionalmente ou a recursos com finalidades determinadas.

c) A contratação de operações de crédito pela União durante a vigência da calamidade pública deve respeitar os limites usuais da Lei de Responsabilidade Fiscal.

d) É vedada expressamente a utilização de superávit financeiro para o pagamento de dívida pública, ainda que durante calamidade pública de âmbito nacional.

e) A Constituição veda a atuação legislativa complementar sobre calamidades públicas, exigindo emendas constitucionais específicas para disciplinar novas hipóteses.

34. Durante um debate sobre políticas públicas, foi afirmado que a seguridade social deve atender prioritariamente à população urbana, pois é a que mais contribui com tributos, e que não há impedimento para a redução de benefícios previdenciários desde que fundamentada em crise fiscal. Também se argumentou que os serviços devem ser prestados de modo igualitário a todos, sem critérios distributivos. Com base no que dispõe a Constituição Federal sobre a seguridade social, assinale a alternativa correta:

a) A seguridade social deve observar a seletividade e distributividade, bem como a equidade no custeio, respeitando o princípio da irredutibilidade dos benefícios.

b) Os benefícios e serviços podem ser distribuídos com base em critérios de arrecadação regional, priorizando os contribuintes das zonas urbanas.

c) A universalidade da cobertura permite ao Estado restringir o atendimento conforme a renda da população atendida.

d) A Constituição admite a redução do valor de benefícios previdenciários, desde que amparada em critérios fiscais e autorizada por lei complementar.

e) A organização da seguridade social é de competência exclusiva do Executivo federal, sendo vedada a participação da sociedade civil.

DIREITO ADMINISTRATIVO

35. No tocante ao tema licitações públicas e considerando ainda o recente entendimento do STF acerca das contratações diretas por inexigibilidade é correto afirmar que:

a) É constitucional a vedação à recontração de empresa contratada diretamente por dispensa de licitação nos casos de emergência ou calamidade pública, mas a proibição não obsta a que a empresa participe de eventual licitação substitutiva à dispensa de licitação e seja contratada diretamente por outro fundamento previsto em lei, incluindo uma nova emergência ou calamidade pública, sem prejuízo do controle de abusos ou ilegalidades na aplicação da norma.

b) A proibição de recontratar de empresa anteriormente contratada diretamente por dispensa de licitação nos casos de emergência ou calamidade pública é formalmente inconstitucional, na medida em que se trata de matéria reservada a Lei Complementar.

c) A proibição de recontratar de empresa anteriormente contratada diretamente por dispensa de licitação nos casos de emergência ou calamidade pública é inconstitucional por ofender o princípio federativo.

d) Não há proibição de recontratar de empresa anteriormente contratada diretamente por dispensa de licitação nos casos de emergência ou calamidade pública.

e) A vedação incide na recontração fundada na mesma situação emergencial ou calamitosa que extrapole o prazo máximo legal de 6 (seis) meses, e não impede que a empresa participe de eventual licitação substitutiva à dispensa de licitação e seja contratada diretamente por outro fundamento previsto em lei, incluindo uma nova emergência ou calamidade pública, sem prejuízo do controle de abusos ou ilegalidades na aplicação da norma

36. Acerca do tema limitações do Estado na propriedade privada e especificamente sobre o instituto da requisição administrativa, considerando-se para tanto o entendimento dos

tribunais superiores acerca do tema, é correto afirmar que:

- a) Segundo entendimento jurisprudencial do STF, a requisição de bens e serviços de um ente federativo por outro ofende o princípio federativo.
- b) É livre a requisição de bens e serviços públicos pela União em face de determinado Estado.
- c) A requisição de bens e serviços públicos por entes públicos deve obedecer ao princípio da hierarquia federativa.
- d) Admite-se a requisição de bens públicos entre todos os entes federados, desde que seja onerosa.
- e) A requisição administrativa de produtos e insumos para o combate à COVID-19 restou proibida no âmbito do STF, seja envolvendo entes públicos reciprocamente, seja na modalidade de requisição administrativa a entidades privadas, a exemplo de um Município que requisita bens e serviços particulares.

37. A ação de desapropriação indireta:

- a) Possui caráter de ação de natureza pessoal e prescreve em 5 (cinco) anos, contados do ato ilícito.
- b) É ação real e prescreve em 10 (dez) anos na hipótese em que o Poder Público tenha realizado obras no local apossado ilicitamente ou atribuído natureza de utilidade pública ou de interesse social ao imóvel.
- c) É hipótese de ação imprescritível.
- d) Prescreve em 3 (três) anos, seguindo a regra geral do artigo 206, §3º do Código Civil, contados da ciência do ilícito.
- e) Prescreve em 20 (vinte) anos.

38. No que tange ao processo administrativo federal, regido pela Lei n. 9.784/99, especificamente quanto à desistência e outros casos de extinção do processo, é correto afirmar:

- a) O interessado não poderá desistir total ou parcialmente do pedido formulado.
- b) O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir apenas totalmente do pedido administrativo.
- c) O interessado poderá desistir total ou parcialmente do pedido e ainda renunciar a direitos indisponíveis.
- d) Havendo vários interessados, a desistência ou renúncia atinge somente quem a tenha formulado.
- e) O órgão competente não poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade, ainda que o objeto da decisão se torne impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.

39. É hipótese de inexigibilidade de licitar, de acordo com a Lei n. 14.133/2021:

- a) A contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas.
- b) A contratação que tenha por objeto bens, componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos, a serem adquiridos do fornecedor original desses equipamentos durante o período de garantia técnica, quando essa condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.
- c) Aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde.
- d) Nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.
- e) A aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha pelo poder público.

40. É caso de licitação dispensável, de acordo com a Lei n. 14.133/2021, no seguinte caso:

a) Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

b) Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

c) Contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, a fim de beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou pela falta regular de água.

d) Contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização para fins de estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

e) Objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

41. Consoante recente entendimento do STJ acerca da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992) é correto afirmar que:

a) É permitida a indisponibilidade de bens mesmo sem demonstração de risco de alienação ou dilapidação patrimonial, presumindo-se o *periculum in mora*.

b) É possível a inclusão do valor de eventual multa civil na medida de indisponibilidade de bens decretada na ação de improbidade administrativa, inclusive nas demandas ajuizadas com esteio na prática de conduta ímproba tipificadora de ofensa aos princípios nucleares da Administração.

c) O princípio da bagatela ou insignificância (*de minimis non curat Praetor*) é inaplicável na seara da improbidade administrativa por ofensa direta ao princípio da probidade insculpido no artigo 37, §4º da CF.

d) Não se admite a aplicação do princípio *in dubio pro societate* no recebimento da petição inicial por ato de improbidade administrativa.

e) Na multa civil prevista na Lei de Improbidade Administrativa a correção monetária e os juros de mora devem incidir a partir da data do ato ímprobo, nos termos das Súmulas 43 e 54 do STJ.

ATUALIDADES

42. O Papa Francisco faleceu aos 88 anos, na madrugada da segunda-feira de Páscoa, 21 de abril de 2025. Sobre seu legado para a Igreja Católica e para as relações internacionais, é correto afirmar que:

A) Sua gestão foi marcada pelo fechamento da Igreja a temas sociais e distanciamento de líderes mundiais.

B) Sua liderança impulsionou reformas internas, defesa dos direitos humanos e fortalecimento do papel diplomático da Igreja.

C) Sua trajetória concentrou-se exclusivamente no fortalecimento da ala conservadora da Igreja.

D) Sua morte simboliza o completo afastamento da Igreja das questões ambientais.

E) Sua atuação foi irrelevante no contexto das crises migratórias e dos conflitos internacionais.

43. A prisão do ex-presidente Fernando Collor de Mello reflete na atual conjuntura política brasileira principalmente:

A) O fortalecimento do sistema monárquico.

B) A diminuição da impunidade e fortalecimento das instituições democráticas.

C) O aumento da militarização do governo federal.

D) A retração dos movimentos sociais organizados.

E) A consolidação de uma ditadura institucional do STF.

44. As quedas nas bolsas de valores das empresas americanas durante o governo Trump foram, em grande parte, causadas:

- A) Pela criação de novas empresas tecnológicas.
- B) Pela abertura comercial com a União Europeia.
- C) Pelo aumento das tarifas comerciais sobre produtos estrangeiros.
- D) Pela queda dos preços do petróleo.
- E) Pela valorização do dólar frente ao euro.

45.

Estatísticas de Gênero

Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza

Editoria: Estatísticas Sociais | Umberlândia Cabral | Arte: Jessica Cândido



(Fonte: [Agência de Notícias IBGE](#))

De acordo com a notícia, podemos afirmar que:

- A) Um processo de diminuição histórica das desigualdades de gênero e raça no Brasil.
- B) A superação das barreiras socioeconômicas pelas mulheres negras nas últimas décadas.
- C) A persistência de desigualdades estruturais, que combinam fatores de raça, gênero e classe social.
- D) A eliminação das diferenças salariais entre homens e mulheres no mercado de trabalho.
- E) O maior acesso das mulheres pretas e pardas aos cargos de liderança nas empresas privadas.

46. Um dos efeitos positivos para a economia brasileira da Guerra Comercial entre EUA e China foi:

- A) A redução das exportações brasileiras de soja.
- B) O aumento da importação de produtos industrializados americanos.
- C) A ampliação do mercado para produtos brasileiros, como soja e carne.
- D) O fechamento de acordos bilaterais com a Rússia.
- E) O crescimento da dependência brasileira da economia americana.

47. Após um ataque atribuído a militantes apoiados pelo Paquistão na região da Caxemira, a Índia anunciou, em abril de 2025, a suspensão do tratado hídrico que regulava o compartilhamento de recursos fluviais entre os dois países. Sobre as consequências dessa decisão, é correto afirmar que:

- A) Fortaleceu a cooperação hídrica entre Índia e China, isolando o Paquistão.
- B) Intensificou as tensões diplomáticas e militares com o Paquistão, aumentando o risco de novos confrontos.
- C) Resultou imediatamente na assinatura de um novo acordo de paz sobre a Caxemira.
- D) Provocou o crescimento da produção agrícola no Paquistão devido ao aumento da oferta de água.
- E) Levou a Índia a formar uma aliança militar estratégica com o Irã para controle regional das águas.

48. No contexto do conflito entre Rússia e Ucrânia, os EUA atuaram principalmente:

- A) Financiando apenas a reconstrução da Ucrânia.
- B) Incentivando a Rússia a expandir suas ações militares.
- C) Mediando negociações e pressionando pelo cessar-fogo.
- D) Intervindo militarmente diretamente contra a Rússia.
- E) Rompendo relações diplomáticas com a ONU.

DIREITO PENAL

49. Cansados da vida honesta e inspirados por um filme de qualidade duvidosa de Sessão da Tarde, Beto, o entregador de pizza, e seu primo Mevinho, estudante de teatro e aspirante a vilão de novela mexicana, decidem praticar um roubo. A dupla, munida de um simulacro de arma feito com uma banana coberta por papel alumínio, invade uma padaria no fim do expediente. Entre gritos dramáticos de Mevinho: - Entregue todo o dinheiro, infeliz!", e Beto tentando não rir da encenação, eles conseguem subtrair R\$ 152,50 e dois sonhos de padaria. Ao tentarem fugir de bicicleta, Mevinho escorrega, a banana voa longe, e ambos são capturados por uma senhora de 70 anos que fazia *taekwondo* na academia Qfight.

Com base nessa narrativa, assinale a alternativa correta sobre a tipificação penal dos fatos narrados:

- A - Como a arma utilizada era uma banana, trata-se de furto simples, e não de roubo, pois não houve efetiva ameaça ou violência real.
- B - Trata-se de roubo simples, pois a encenação com a banana não configura meio idôneo para gerar temor na vítima.

C - Configura roubo majorado pelo concurso de pessoas, mesmo com a utilização de um simulacro.

D - Como os agentes não conseguiram fugir com os bens, o crime é impossível, pela ineficácia absoluta do meio empregado.

E - A conduta dos agentes é atípica, pois não houve violência real nem grave ameaça concreta, mas apenas uma cena de comédia.

50. Joana, servidora pública aposentada, decide aplicar um golpe sofisticado. Criando um site falso que imita o da Receita Federal, ela passa a enviar e-mails para idosos entre 60 e 68 anos, informando sobre um suposto "reembolso automático de tributos pagos a maior". No e-mail, solicita que a vítima informe seus dados pessoais e bancários. Diversas pessoas, acreditando na veracidade da mensagem, fornecem os dados e, em seguida, têm suas contas esvaziadas. Joana é descoberta após denúncia anônima e responde a processo criminal. Sobre os aspectos penais envolvidos, analise as assertivas e assinale a alternativa correta:

A - Joana responderá por furto mediante fraude, pois não houve contato direto com as vítimas, mas apenas fraude eletrônica para subtrair os valores.

B - A conduta de Joana caracteriza estelionato eletrônico, sendo crime de ação penal pública condicionada à representação.

C - A criação do site falso, por si só, já configura crime tentado de estelionato, independentemente de prejuízo a terceiros.

D - Ainda que Joana tenha utilizado fraude eletrônica, a conduta é atípica se as vítimas forneceram os dados voluntariamente.

E - Como o bem jurídico tutelado no estelionato é a fé pública, Joana responderá por falsidade ideológica, e não por crime patrimonial.

51. Lucas, proprietário de um sítio, irrita-se com o comportamento de um cachorro de rua que circulava pela propriedade. Para “*dar um susto no bicho*”, decide lançar contra o animal um rojão artesanal. A explosão resulta em lesões graves e, dias depois, na morte do cão. Vizinhos que presenciaram os fatos denunciam Lucas, e o Ministério Público o denuncia com base no art. 32, § 1º-A, da Lei nº 9.605/98. No curso da ação penal, a defesa alega ausência de dolo e que o resultado morte não foi pretendido, mas apenas um acidente decorrente de “brincadeira de mau gosto”.

Com base na Lei dos Crimes Ambientais, assinale a alternativa correta:

A - A conduta é atípica, pois o dolo eventual não é admitido na figura qualificada do art. 32, § 1º-A da Lei de Crimes Ambientais.

B - O tipo penal do art. 32, § 1º-A, exige o dolo direto para o resultado morte, razão pela qual Lucas só pode responder pelo *caput* do artigo.

C - Lucas responderá por crime de menor potencial ofensivo, pois a pena cominada ao § 1º-A admite transação penal.

D - A responsabilidade de Lucas subsiste mesmo na modalidade de dolo eventual, bastando que ele tenha assumido o risco da morte do animal para a incidência da forma qualificada.

E - A qualificadora do § 1º-A só se aplica quando o animal é doméstico e registrado no sistema de controle municipal, o que não se verifica no caso.

52. Mevinho, residente em Qlândia, terra dos concuseiros, é casado civilmente com Ana desde 2012. Após anos de crise e uma separação de fato, muda-se para São Paulo e inicia relacionamento com Carla. Em 2023, acreditando que Ana jamais concordará com o divórcio e desejando “seguir em frente”, Mevinho falsifica uma certidão de óbito de sua primeira esposa, registra-a em cartório com a ajuda de um conhecido servidor público, e, com base nesse documento falso, celebra novo casamento com Carla. Meses depois, Ana descobre a situação e formaliza denúncia ao Ministério Público.

Considerando a narrativa, assinale a alternativa **correta** sobre o enquadramento penal dos fatos:

A - Mevinho não comete crime, pois o segundo casamento foi celebrado com base em documento falso que ele considerava válido, afastando o dolo.

B - A conduta de Mevinho configura apenas o crime de falsidade ideológica, sendo a bigamia absorvida como meio necessário à prática da falsificação.

C - Mevinho responderá pelo crime de bigamia, pois a utilização do documento falso para ocultar vínculo anterior serviu para contrair novo casamento, devendo ser absorvida a falsidade ideológica.

D - O crime de bigamia não se configura, pois a separação de fato com Ana descaracteriza o vínculo matrimonial para fins penais.

E - O crime de bigamia exige que ambas as pessoas estejam cientes da situação, sendo atípico se Carla não sabia do casamento anterior

53. Acerca da aplicação da lei penal no tempo, assinale a alternativa correta:

A - A lei penal mais severa pode ser aplicada retroativamente aos crimes cometidos antes de sua vigência, desde que ainda não haja sentença definitiva.

B - A lei penal mais benéfica somente poderá ser aplicada aos processos com sentença condenatória transitada em julgado.

C - A *abolitio criminis* configura causa extintiva da punibilidade e incide também sobre fatos ocorridos anteriormente à vigência da norma descriminalizadora.

D - O princípio da irretroatividade da lei penal impede a aplicação de normas penais mais favoráveis ao réu.

E - A continuidade normativa típica ocorre quando uma conduta deixa de ser prevista expressamente na lei penal, tornando-se irrelevante para o Direito.

54. Durante uma blitz da Lei Seca, Mevinho foi parado por agentes de trânsito. Ao descer do carro, apresentava forte odor etílico, olhos vermelhos, fala pastosa e certa dificuldade para se equilibrar. Recusou-se a realizar o teste do bafômetro, alegando seu direito de não produzir prova contra si. Um vídeo gravado pelos agentes demonstrava sinais notórios de alteração da capacidade psicomotora. Diante disso, o Ministério Público ofereceu denúncia pela prática do crime do art. 306 do CTB. Com base no caso descrito e na legislação de trânsito, assinale a alternativa correta:

A - A recusa em se submeter ao teste do bafômetro impede a caracterização do crime, por ausência de prova técnica de concentração de álcool no sangue.

B - A infração administrativa de dirigir sob influência de álcool é autônoma e não se confunde com o crime previsto no art. 306 do CTB, não havendo *bis in idem*.

C - Sem teste do bafômetro ou exame de sangue, a persecução penal é inviável, mesmo diante de sinais de embriaguez observados pela autoridade policial.

D - O crime de embriaguez ao volante exige, necessariamente, acidente de trânsito ou direção em alta velocidade para caracterização do perigo abstrato.

E - O crime não se configura se o condutor se recusar a realizar qualquer teste, salvo se confessar espontaneamente que ingeriu bebida alcoólica.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

55. O juiz Mévio, recém empossado, decide adotar uma postura de forte repressão criminal na comarca X, onde atua. Para tanto, elabora uma relação dos investigados reincidentes e passa a decretar prisões preventivas de forma generalizada. Em suas decisões, utiliza fatos antigos, sem atualidade concreta, como fundamento para as prisões, mesmo sem a existência de novos elementos contemporâneos de perigo à ordem pública ou ao processo.

A respeito das medidas cautelares de natureza pessoal no processo penal, assinale qual princípio é violado na hipótese descrita:

a) Adequação

b) Contemporaneidade

- c) Subsidiariedade
- d) Proporcionalidade
- e) Motivação adequada

56. Durante investigações preliminares iniciadas após denúncia anônima, a autoridade policial reuniu indícios de que Tício praticava crime cuja pena é de detenção, de 2 a 4 anos. Diante disso, foi instaurado inquérito policial, e o delegado de polícia representou pela interceptação das comunicações telefônicas do investigado, o que foi autorizado pelo juiz competente. Posteriormente, como advogado constituído de Tício, você busca a nulidade das provas obtidas por meio da interceptação telefônica. Com base na jurisprudência e na legislação vigente, indique o argumento jurídico mais adequado:

- a) A interceptação telefônica não é cabível quando se apura crime punido com reclusão.
- b) A pena mínima do crime, fixada em 2 anos, impede o uso da interceptação telefônica como meio de prova.
- c) O delegado de polícia não possui legitimidade para requerer a interceptação telefônica.
- d) A ausência de contraditório antes do deferimento judicial da interceptação torna a prova ilícita.
- e) A interceptação só é admissível se demonstrada a indispensabilidade da medida diante da ineficácia dos outros meios investigativos.

57. Mévio, policial, efetuou cinco disparos com intenção de matar Tícia, sua ex-companheira, causando-lhe a morte. Diversas pessoas

presenciaram a cena, inclusive Caio, delegado de polícia que estava de plantão na delegacia onde Mévio trabalha. Diante dos fatos, o delegado imediatamente prendeu Mévio em flagrante, apreendeu a arma e lavrou o respectivo auto de prisão. Considerando a situação descrita, assinale a alternativa correta sobre a prisão em flagrante:

- a) Trata-se de flagrante impróprio e de natureza facultativa, podendo o delegado decidir pela realizar da prisão ou aguardar momento mais oportuno.
- b) Trata-se de flagrante presumido, uma vez que Mévio foi encontrado em posse da arma utilizada no crime.
- c) Trata-se de flagrante próprio e de realização obrigatória, sendo dever do delegado efetuar a prisão de Mévio.
- d) A prisão em flagrante é ilegal, pois o delegado, por ser colega de trabalho do acusado, estaria impedido de lavrar o flagrante.
- e) O delegado deveria apenas comunicar imediatamente o fato à corregedoria e ao Ministério Público, sem realizar a prisão em flagrante, por se tratar de crime praticado por policial.

58. Após desentendimentos por questões pessoais, Serena van der Woodsen inicia uma campanha de ofensas contra Blair Waldorf nas redes sociais, publicando diariamente palavras que atingem a dignidade e o decoro da ex-amiga. As ofensas não se referem a fatos específicos, mas a atributos pessoais depreciativos. Diante dessa conduta, assinale a alternativa correta quanto à natureza da infração e à sua persecução penal:

- a) Ainda que Blair não queira processar Serena, o Ministério Público poderá fazê-lo para garantir a proteção da honra da vítima.
- b) Trata-se de crime de ação penal pública condicionada à representação da vítima.
- c) Se Blair decidir não adotar nenhuma providência, Serena poderá continuar com as ofensas sem qualquer punição penal.
- d) Blair terá três meses para oferecer queixa-crime contra Serena após a última ofensa.
- e) As publicações de Serena, por ocorrerem em rede social, configuram crime de ação penal pública incondicionada, podendo o Estado agir de ofício.

59. Durante a tramitação de um inquérito policial, a autoridade policial entende que é necessária a decretação da prisão temporária de um suspeito para viabilizar a colheita de provas. Sobre a prisão temporária no processo penal brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A prisão temporária somente pode ser decretada pela autoridade policial, mediante despacho fundamentado.
- b) A prisão temporária pode ser decretada para qualquer tipo de infração penal, desde que haja indícios de autoria e materialidade.
- c) A prisão temporária possui prazo inicial de 30 dias, prorrogável por igual período em qualquer crime, se comprovada a extrema e comprovada necessidade.
- d) A prisão temporária depende de prévia representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público, não podendo o juiz decretá-la de ofício.

- e) O pedido de prisão temporária exige apenas a demonstração de indícios de autoria, sendo dispensável a indicação de risco à investigação ou à colheita de provas.

60. Durante a instrução de uma ação penal pública, a defesa requer ao juiz a produção de determinada prova testemunhal considerada imprescindível. O juiz indefere o pedido, sob o argumento genérico de que já existem elementos suficientes para o julgamento da causa. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) O juiz pode indeferir a produção de provas, mesmo sem fundamentação específica, pois tem o poder de direção do processo.
- b) O indeferimento imotivado de prova considerada relevante pela defesa viola o princípio da ampla defesa e pode configurar cerceamento de defesa.
- c) Cabe agravo de instrumento contra a decisão que indefere a produção da prova requerida pela defesa.
- d) A decisão que indefere a produção de provas deve ser atacada apenas em Agravo em Execução.
- e) Mesmo sendo relevante para a defesa, se o juiz considerar a prova desnecessária, sua decisão é soberana e não pode ser revista.